

EDUCAÇÃO DO CAMPO E INTERDISCIPLINARIDADE PEDAGÓGICA: O CASO DA UMEIEF JOSÉ BONIFÁCIO BARBOSA DE ANDRADE NO MUNICÍPIO DE SUMÉ – PB

Alisson Clauber Mendes de Alencar

*Graduando em Licenciatura em Educação do Campo pela UFCG-CDSA,
Membro do Pibid Diversidade
alissonclauber@gmail.com*

RESUMO

Este artigo possui por objetivo central apresentar reflexões sobre uma proposta de trabalho docente pautado na atuação interdisciplinar dos professores da Unidade Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental José Bonifácio Barbosa de Andrade - Escola do Campo, localizada no Distrito de Pio X, microrregião do Cariri Ocidental, situada no município de Sumé – PB. Para o desenvolvimento de tal proposta pedagógica, é de grande valia o entendimento da organização curricular por área de conhecimento, que alicerçam as bases legais e organizacionais da supracitada instituição. A unidade escolar em questão promove e direciona suas práticas e atividades de acordo com eixos curriculares e articuladores que expressam à temática central a ser trabalhada em cada bimestre letivo. Destaca-se ainda que, todas as práticas pedagógicas e eixos temáticos estruturantes do Projeto Político Pedagógico respeitem a questão da “Convivência com o Semiárido”. Para que tal objetivo seja alcançado, são necessárias leituras de autores que possibilitem a compreensão sobre a temática da educação contextualizada para a convivência como semiárido, Educação do campo, ensino e currículo integrado na educação básica. Esta perspectiva de pensar a educação nesta unidade escolar, se iniciou em 2013, com a implementação de práticas educativas diferenciadas e que promovessem um ensino-aprendizagem contextualizado e voltado para a valorização do sujeito do campo. A experiência por área de conhecimento, desenvolvida nas escolas do campo, vem se consolidando e trazendo resultados significativos para os envolvidos neste processo de ensino-aprendizagem. Destacamos, ainda, que as escolas do campo do município de Sumé realizam práticas educativas contextualizadas a partir da realidade dos discentes, o local, porém, estas obrigatoriamente, são conectadas a realidades outras que não necessariamente façam parte do cotidiano discente. Noutras palavras, realizam-se relações escalares que podem partir do local ao global ou do global ao local. Ressaltamos também que, os profissionais das unidades do campo do município em questão, participam de formação continuada com professores do Curso de Licenciatura em Educação do Campo do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – Universidade Federal de Campina Grande, CDSA/UFCG.

Palavras-chave: Organização Curricular; Áreas do Conhecimento; Educação do Campo;

INTRODUÇÃO

Os processos que regem a educação possuem, por excelência, uma função social. A escola enquanto instituição promotora de valores formativos e simbólicos, sempre representou para as sociedades o aporte basilar para a formação dos cidadãos e cidadãs. Assim sendo, com o intuito de efetivar a formação do aprendiz na cidadania e para a cidadania, advém a necessidade de as escolas construírem seus Projetos Político-Pedagógicos.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) de cada instituição de ensino pode e deve se constituir como referência norteadora de todos os âmbitos da ação educativa nas unidades escolares. Para tanto, sua elaboração requer, para se caracterizar como expressão viva de um projeto coletivo, a participação de todos aqueles que compõem a comunidade escolar. Articular e construir espaços participativos, produzir na coletividade educativa um projeto que diga não apenas o que a escola é no presente momento, mas também aponte para o que pretende ser, para que isso ocorra exige-se: metodologia de trabalho, organização e sistematização das ações.

Mesmo sendo uma exigência normativa, o Projeto Político Pedagógico escolar é antes de tudo um equipamento, político, produzido de forma coletiva e intencional, que visa sobretudo, a gestão dos resultados de aprendizagem, através da projeção, da organização, e acompanhamento de todo o espaço escolar. Na perspectiva de Betini (2005)

“(...) o projeto político-pedagógico mostra a visão macro do que a instituição escola pretende ou idealiza fazer, seus objetivos, metas e estratégias permanentes, tanto no que se refere às suas atividades pedagógicas, como às funções administrativas. Portanto, o projeto político-pedagógico faz parte do planejamento e da gestão escolar. A questão principal do planejamento é então, expressar a capacidade de se transferir o planejado para a ação. Assim sendo, compete ao projeto político-pedagógico a operacionalização do planejamento escolar, em um movimento constante de reflexão-ação-reflexão.” (2005, p.38).

Endossando, ainda mais, a linha de raciocínio supracitada, apresentamos a concepção de Gadotti (1994, p. 579), onde este discorre que todo projeto pressupõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. “Projetar significa transpor as barreiras de um estado confortável para arriscar-se, transcender um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente.” Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas.

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Unidade Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental José Bonifácio Barbosa de Andrade, estruturado a partir da organização curricular por áreas de conhecimento¹, além de ser uma exigência legal, expressa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, permite a apresentação da identidade da referida instituição de ensino e conseqüentemente da comunidade onde a mesma está inserida, das suas concepções e de seus projetos a curto, médio e longo prazo. Além disso, define a natureza e o papel socioeducativo, cultural, político, ético e ambiental da Escola e dos profissionais que nela desenvolvem suas funções, bem como sua organização e gestão curricular para subsidiar o seu Regimento Escolar e sua Proposta Pedagógica, documentos que são os balizadores das ações educativas.

Destacamos que o PPP da U.M.E.I.E.F. José Bonifácio Barbosa de Andrade leva em conta a trajetória da sua comunidade escolar, a sua história, cultura e o contexto no qual a escola encontra-se inserida, não só para garantir um percurso formativo de sucesso para os discentes, como também para cumprir o seu compromisso com a sociedade.

A proposta de currículo integrado se baseia na articulação e inter-relação dos componentes, das áreas, dos sujeitos e do lugar onde estes vivem. Tal currículo é compreendido como um processo que articula os saberes científicos das diferentes áreas de conhecimento com os saberes dos sujeitos e das famílias, tendo como referência a formação humana e a convivência no semiárido brasileiro.

A perspectiva de trabalhar com projetos curriculares, eixos temáticos ou temas geradores integrados favorece a “coletividade”, uma vez que os profissionais da educação envolvidos no processo tornam-se partícipes, articulando-se em torno de metas comuns a serem encaradas de maneira cooperativa e responsável frente ao grupo.

A U.M.E.I.E.F. José Bonifácio Barbosa de Andrade, desde 2013, ano de sua inauguração, abarca as concepções pedagógicas e a forma de suas materializações e suas ações, com um trabalho sistemático e com determinação, em defesa de uma educação pública de qualidade e sempre respeitando os sujeitos que estão envolvidos diretamente e indiretamente no processo de ensino-aprendizagem.

A *educação* é entendida como um direito social prevista no Art. 6º da Constituição Federal, assim como a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a

¹ São fundamentos lógicos globais para o desenvolvimento de um programa educacional numa determinada instituição de ensino. Conjunto de informações e referenciais metodológicas reunidas a partir de um determinado ponto de vista e que mantenham relação de complementaridade (Kelly, 1981).

previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. A educação, assim, é constituída como um direito de todos e dever do estado e da família sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade (Art. 205). Não obstante a estes princípios, a educação toma como um das bases, art. 206, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

No tocante as responsabilidades previstas para a escola encontram-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), art. 12, a elaboração e execução da proposta pedagógica. Por sua vez, o art. 13 dispõe que cabe aos docentes a participação na elaboração da mesma. Como se pode ver a educação envolve diversos processos formativos cuja responsabilidade encontra-se compartilhada entre o Estado, a sociedade civil, os pais e os profissionais a ela ligados. No que diz respeito a estes últimos fica claro que compete a eles, segundo os dispositivos legais já revisados, a participação e elaboração do Projeto Político Pedagógico como forma de garantir um processo educacional eficaz e democrático.

Mas vale destacar, segundo a concepção de Gadotti (2000) não se constrói este documento escolar (PPP) sem uma direção política, um norte, um rumo. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, de caráter político. O projeto pedagógico da escola é por isso mesmo, sempre um processo inacabado, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola.

A participação dos professores e demais sujeitos inseridos no espaço escolar na elaboração do projeto pedagógico promove uma dimensão democrática na escola e nessa perspectiva, as decisões **não** centralizadas no Gestor cedem lugar a um processo de fortalecimento da função social e dialética da escola por meio de um trabalho coletivo entre todos os segmentos participantes e a comunidade escolar. Sobre a democratização do ensino faz-se relevante a existência e papel dos Conselhos Escolares, entendidos como órgão máximo das instituições de públicas de ensino. O PEE da Paraíba (Plano Estadual de Educação da Paraíba) destaca que os conselhos deverão orientar-se pelo princípio democrático da participação, fundamenta-se na coletividade.

A U.M.E.I.E.F. José Bonifácio, enquanto instituição preocupada com a autonomia de seus segmentos promove constantemente reuniões com seu conselho para discutir ações que visem a melhora do ensino de modo geral. Do mesmo modo, preocupa-se com a autonomia e direitos de expressão do corpo discente, visando o fortalecimento da gestão democrática. Todas essas instâncias foram criadas e mantidas para garantir a representatividade, a legitimidade e a continuidade das ações educativas no âmbito de nossa escola.

A partir disto, procura-se garantir a participação direta de todos os membros da comunidade escolar: professores, funcionários, pais e alunos. Ainda no que diz respeito a participação social no contexto escolar, a escola, por meio de atividades que visam discutir temáticas de interesse da comunidade, promove encontros e debates com a presença de autoridades de setores diversos da sociedade (Secretaria de educação, professores da universidade – UFCG/CDSA, representantes comunitários).

A autonomia na escola é o resultado da confluência de vários interesses, onde se confrontam diferentes detentores de influência tanto interna (Gestão, Coordenação, docentes e funcionários) quanto externa (Secretaria de Educação e Professores da UFCG – CDSA), sendo, portanto uma construção político-social-democrática, e assim um meio da escola concretizar em melhores condições suas intencionalidades.

E porque a escolha pela organização curricular por áreas com atuação docente interdisciplinar? A reflexão se justifica, dentre outros aspectos, pelo fato de que o mundo contemporâneo nos apresenta situações, conhecimentos, letramentos e práticas sociais complexas, envolvendo objetos que desafiam o olhar disciplinar.

CONTINUANDO A PROSA...

No mundo atual marcado pelo processo de globalização, a escola torna-se espaço de acolhimento das desigualdades sociais e toma como desafio propiciar condições de igualdade de aprendizagem e construção de uma sociedade que valorize os ideais democráticos e que se constitua de maneira mais igualitária.

A educação é um campo no qual precisamos traçar planejar e executar tarefas. Tarefas essas que podem ser colocadas em pauta na ação do fazer/ construir o conhecimento na escola, mas através do PPP- projeto político pedagógico, podemos pensar o que iremos fazer, como fazer, pra quem iremos fazer e qual a função desse fazer. Então é algo que nos norteia para uma ação futura, onde precisamos no coletivo traçar as metas e objetivos para que possamos realizar os/as de forma coerente e concisa do planejado.

Temos que pensar esse documento como algo vivo que sempre será algo para guiar nossos passos na instituição, dessa forma precisamos também “regá-lo”, tipo uma árvore, ou seja, não engaveta-lo, apenas como um arquivo, nessa perspectiva diz Libâneo (2004) discorre que

O projeto político-pedagógico pode ser comparado, de forma análoga, a uma árvore. Ou seja, plantamos uma semente que brota, cria e fortalece suas raízes, produz sombra, flores e frutos que dão origem a outras árvores, frutos... Mas, para mantê-la viva, não basta regá-la, adubá-la e podá-la apenas uma vez. (Libâneo, 2004, p. 152).

A educação possui referencial e legislação específicos nos âmbitos federal, estadual e municipal. Destacamos, neste tópico a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394, de 20 de novembro de 1996, de âmbito federal, especialmente seu Capítulo III, Dos princípios e Fins da Educação Nacional, Art. 2º, o qual determina que a educação é “[...] dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana”, tendo “por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Convergente a essa determinação, nossa unidade escolar, toma a educação como uma dinâmica organizativa dos saberes e das formas de interação das pessoas com o meio social no qual atuam. A condição de respeitar e valorizar todos se constitui, portanto, foco da ação educativa, em que os diferentes e as diferenças são respeitados e valorizados ao promover a ampliação do autoconhecimento e a superação de dificuldades, que, antes de serem atribuídas ao outro, devem ser analisadas na perspectiva do próprio sujeito.

Reafirmamos os princípios da Educação do Campo, ao colocar de acordo com Brasil (1996)

- Educação como organizadora e produtora da cultura dos Povos do Campo baseada nos princípios da gestão participativa e democrática;
- Respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;
- Valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

Entendendo que a aprendizagem da criança começa muito antes dela entrar na escola e que a criança aprende no contato social estabelecido com os outros membros da espécie humana através de trocas mediatizadas pelos signos linguísticos construídos social e historicamente, não mais é possível conceber um processo ensino-aprendizagem unilateral e vertical, ou seja, onde somente o professor ensina e a criança/aluno age como um mero receptáculo de informações, muitas vezes vazias, descontextualizadas e sem sentido algum para a criança, como preconiza uma tendência educacional tradicional.

A proposta se baseia no currículo integrado, compreendido como um processo que articula os saberes científicos das diferentes áreas de conhecimento como os saberes dos sujeitos e das famílias, num movimento que se trabalha com as ciências e com a realidade, tendo como referência a formação humana e a convivência no semiárido brasileiro.

A perspectiva de trabalhar com projetos curriculares, eixos temáticos complexos temáticos ou temas geradores integrados favorece a “coletividade”, uma vez que os profissionais da educação envolvidos no processo tornam-se partícipes, articulando-se em torno de metas comuns a serem encaradas de maneira cooperativa e responsável frente ao grupo.

Falar do desenvolvimento infanto-juvenil é falar do processo de desenvolvimento humano de modo geral. Assim, tanto a criança quanto o adolescente são seres que, antes de estarem no ambiente escolar, já participam da vida social de forma plena: no roçado/plantio/criação, em casa, na igreja, nas feiras, nas rodas de conversa; andam, falam, correm, se comunicam por meio eletrônicos; fazem uso de materiais simbólicos, compram, vendem, são afetados pela ideologia dominante, ou seja, são cidadãos imersos no contexto social amplo. Ou como diria Vygotsky (2001, p. 289-290)

A criança não é um ser acabado, mas um organismo em desenvolvimento, e conseqüentemente o seu comportamento se forma não só sobre a influência excepcional da interferência sistemática no meio, mas ainda em função de ciclos ou períodos do desenvolvimento do próprio organismo infantil, que determinam, por sua vez, a relação do homem com o meio. [...] o processo de desenvolvimento da criança, como tudo o demais na natureza, também se realiza pela via dialética de desenvolvimento e da transformação da quantidade em qualidade.

Todos os sujeitos que integram a comunidade escolar (crianças, estudantes, professores e funcionários) da U.M.E.I.E.F. José Bonifácio Barbosa de Andrade são considerados sujeitos singulares, possuidores de uma história e de uma cultura.

A trajetória dos sujeitos constitui o desenvolvimento humano como algo que acontece por conta das aprendizagens que ocorrem na escola e fora dela, caracterizando-se pelas transformações biológicas, emocionais, sociais, psicológicas e culturais que ocorrem ao longo da vida. Dentre estas perspectivas o nosso PPP segue a proposta da educação do campo, que busca uma educação contextualizada, onde os educandos são o ponto de partida para construção do processo de ensino-aprendizagem, de forma geral contextualizar, é fazer o elo, o encontro entre os conhecimentos prévios dos educandos e os conhecimentos científicos, dessa forma, é respeitar o contexto no qual os educandos estão inseridos.

Nesse sentido a escola concebe um processo educativo centrado no aluno e na sua realidade pessoal e contextual, transformando a escola em um centro polivalente, ambiente de ideias inovadoras, estabelecendo entre professores, família e comunidade um verdadeiro trabalho integrado, gerador de mudanças, através de estratégias que focalizam a ação do aluno a interatividade, a produtividade, o prazer e a incorporação tecnológica, com processos avaliativos coerentes com os princípios estéticos, políticos e éticos, levando ao desenvolvimento de um cidadão democrático, crítico, autônomo, social e produtor de cultura, capaz de lutar pelos seus direitos e transformar a sua comunidade e a sociedade.

Corroborando com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº 9.394/96), o artigo 28 traz: “os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente”. A partir deste pressuposto apresenta-se como possibilidade para a prática da educação do campo o espaço (tempo) onde os discentes estão situados, seja na escala nacional, regional, estadual ou municipal.

A proposta curricular da referida escola segue as metas da proposta curricular da educação do campo no município de Sumé – PB, pautada no eixo estruturador: CONVIVÊNCIA E SUSTENTABILIDADE NO SEMIÁRIDO norteando as ações que serão desenvolvidas durante o ano letivo de 2016, subdividindo-se em quatro eixos temático: 1º IDENTIDADE, CIDADANIA E ÉTICA; 2º TRABALHO E MEIO AMBIENTE; 3º ARTE, CULTURA E DIVERSIDADE NO SEMIÁRIDO e o 4º COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIAS NA CONVIVENCIA NO SEMIÁRIDO.

Sendo trabalhado respectivamente a cada bimestre, mediante um processo educativo pautada em uma práxis pedagógica voltada para o aluno dentro do contexto social em que está inserido, buscando um equilíbrio entre as propostas e a construção do conhecimento científico, preparando os discentes para a cidadania, para a convivência com o semiárido, e para uma atuação social-cívica-crítica no mundo.

FORMAS DE ATUAÇÕES DOCENTES: BREVES APONTAMENTOS

Como vemos o mundo em que vivemos? Em que medida somos originais ou apenas reprodutores de uma percepção já pré-fabricada e padronizada dos diversos fenômenos e elementos do ambiente que nos cerca, induzida pela cultura hegemônica, por uma forma rotinizada de vivenciar o mundo?

As Práticas multidisciplinares possuem uma gama de campos de saber que propomos simultaneamente, mas sem fazer aparecer às relações existentes entre elas. Sistema de um só nível e de objetivos únicos sem que ocorra cooperação entre os campos do saber.

Já as práticas pluridisciplinares caracterizam-se pela justaposição de diversos campos de saber situados geralmente no mesmo nível hierárquico e agrupadas de modo a fazer aparecer às relações existentes entre elas. Sistema de um só nível e de objetivos múltiplos; cooperação, mas sem coordenação.

Tem-se ainda, as práticas interdisciplinares, práticas de interação participativa que inclui a construção e pactuação de uma axiomática (premissa/algo inerente) comum a um grupo de campos de saber conexos, definida no nível hierarquicamente superior, introduzindo a noção de finalidade maior que redefine os elementos internos dos campos originais. Sistema de dois níveis e de objetivos múltiplos; coordenação procedendo do nível superior pautado em uma tendência de horizontalização das relações de poder.

E por fim, Práticas transdisciplinares, que são campos de interação de médio e longo prazo que pactuam uma coordenação de todos os campos de saberes individuais e interdisciplinares de um campo mais amplo, sobre a base de uma axiomática geral compartilhada; tendência à estabilização e criação de um campo de saber com autonomia teórica e operativa própria. Sistema de níveis e objetivos múltiplos; coordenação com vistas a uma finalidade comum dos sistemas, sendo possuidor de uma tendência à horizontalização das relações de poder.

PARA NÃO CONCLUIR...

Partindo do pressuposto de que a escola é um espaço que hoje está chamado a ser mais do que simplesmente transmissor de conhecimento, mas produtor e incentivador de saberes que emergem da diversidade que é típica da condição humana e que a proposta de educação no campo não foge a essa regra, é necessário que sejam clarificados alguns conceitos acerca daquilo que acreditamos ser imprescindível para a plena comunhão entre as várias culturas que se presentificam na escola.

Significa fazer da escola um tempo de vida e não uma preparação para a vida. Significa permitir que os estudantes construam a vida escolar. Mas como, por qual caminho construir essa condição? Isso exige o desenvolvimento de três questões básicas: 1) habilidade de trabalhar coletivamente, de encontrar seu lugar no trabalho coletivo; 2) habilidade de abraçar organizadamente cada tarefa; 3) capacidade para a criatividade organizativa. A habilidade de trabalhar coletivamente cria-se apenas no processo de trabalho coletivo, mas também significa a habilidade de, quando necessário, dirigir e, quando necessário, de ser dirigido por seus colegas, nas palavras de Pistrak (2005).

A U.M.E.I.E.F. José Bonifácio Barbosa de Andrade prioriza a aprendizagem dos valores éticos, morais, conceitos científicos, tecnológicos que não poderiam ser apropriados, construídos e/ou desenvolvidos fora dela em sua plenitude. Para tanto, se alicerça na perspectiva da mediação daquele que, em suma, melhor compreende o objeto do conhecimento. No entanto, os saberes que cada indivíduo, estudante e professor trazem para a escola, fruto de suas experiências como sujeitos, são reconhecidos, levando em consideração os tempos e os ritmos de cada pessoa.

A Organização do currículo e do trabalho pedagógico contextualizado ao modo de ser e produzir dos sujeitos do campo e à garantia de se dotar essas comunidades de infraestrutura adequada à plena realização das atividades escolares.

As problemáticas e as potencialidades da vida e do contexto social dos sujeitos, como ponto de partida para o ensino, possibilitam outras formas de pensar o mundo, as relações entre as pessoas e o conhecimento dentro e fora da escola, semeando uma cultura e uma pedagogia da convivência que gradativamente transforma a Escola num centro de produção de experiências, conhecimentos, atitudes e poderes, pois “*privilegiar um tipo de conhecimento e destacar entre várias uma possibilidade identitária são operações de poder*” (SILVA, 2003, p.16), que possibilitam o desvelamento das próprias relações de saberes e poderes existentes nestes contextos.

REFERÊNCIAS

BETINI, Geraldo Antônio. **A Construção do Projeto Político-Pedagógico da Escola**. EDUC@ção - Rev. Ped. - UNIPINHAL – Esp. Sto. do Pinhal – SP, v. 01, n. 03, jan./dez. 2005.

BRASIL. **Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo**. Resolução CNE/CEB nº 01, de 03 de abril de 2002.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 23 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/viw_identificacao/lei%209.394-1996?opendocument>. Acesso em: 23 de abril de 2016.

BRASIL. MEC/SEMTEC. **Parâmetros curriculares nacionais; ensino médio**. Brasília, MEC/SEMTEC, 2002.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

_____. **“Pressupostos do projeto pedagógico”**. In: MEC, Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília, 28/8 a 2/9/1994.

Kelly, A. V. O currículo. **Teoria e Prática**. São Paulo: Harbra, 1981.

LIBANEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

PISTRAK, Moisey Mikhaylovich. **Fundamentos da escola do trabalho**. 4ª ed. São Paulo, Expressão Popular, 2005.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VYGOTSKY, L. S. **Psicologia pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.